



REQUERIMENTO Número / (.^a)
 PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

Segundo notícias vindas a público, o hospital de Abrantes terá doentes a aguardar cirurgias ortopédicas urgentes há duas semanas "(...) instalados em macas, porque a enfermaria não tem vagas". Alegadamente, "alguns dos doentes que estão à espera de cirurgia são idosos e sofreram fracturas que necessitam de cirurgia rápida estando instalados em condições desconfortáveis". Mais ainda, não haverá "(...) condições no serviço de urgência de ortopedia, no sétimo piso do hospital de Abrantes, onde algumas pessoas já estiveram quinze dias numa maca porque as camas foram retiradas para doentes com Covid-19".

De acordo com as mesmas notícias, o conselho de administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo terá reconhecido o problema e ter-se-á justificado com o facto de, em consequência da pandemia de Covid-19, o serviço de ortopedia ter sido mudado de Abrantes para Tomar o que "trouxe alguns constrangimentos que têm sido superados com o esforço e dedicação dos profissionais de saúde", e com o facto destes tempos de espera também se relacionarem "com a necessidade de alguns desses doentes, sobretudo os mais idosos, interromperem medicação, situação que pode prolongar-se até 10 dias".

O conselho de administração terá garantido, no entanto, estar a trabalhar para que o serviço de ortopedia regresse ao hospital de Abrantes com um aumento do número de camas e que espera ter a situação normalizada em Agosto.

Apesar desta justificação apresentada, o Grupo Parlamentar do CDS-PP não considera ser possível a tranquilidade com a qualidade assistencial dos cuidados de saúde que estão a ser prestados a estes doentes.

Se, por um lado, compreendemos que em consequência da pandemia houve a necessidade de reorganizar serviços e camas nos hospitais, por outro lado, entendemos que essa reorganização teria necessariamente de ser feita sem colocar em causa a qualidade dos cuidados prestados.

E, a nosso ver, deixar doentes duas semanas em macas a aguardar cirurgias que foram “classificadas” como urgentes não parece ser a forma mais adequada de reorganizar os serviços de saúde.

Relembramos que os doentes não Covid não podem ser esquecidos ou secundarizados e que o seu acesso à prestação de cuidados de saúde de qualidade e em tempo clinicamente útil continua a ser um direito que lhes assiste e uma obrigação do Estado.

Neste sentido, entendemos ser da maior pertinência obter esclarecimentos da Senhora Ministra da Saúde.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

A Deputada do CDS-PP, abaixo-assinada, vem por este meio requerer à Senhora Ministra da Saúde, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1- Que justificação apresenta V. Exa. para que, no hospital de Abrantes, estejam doentes a aguardar em macas durante duas semanas cirurgias ortopédicas urgentes?

2- Entende V. Exa. que esta é a forma adequada de prestação de cuidados de saúde de qualidade a que o SNS está obrigado?

3- Estando no final de Julho, assegura V. Exa. que, conforme terá afirmado o conselho de administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo, durante o mês de Agosto a situação já estará normalizada?

Palácio de São Bento, 30 de julho de 2020

Deputado(a)s

ANA RITA BESSA(CDS-PP)